



O desafio da eficiência para a gestão pública

O Brasil, cada vez mais, dedica esforços na busca por eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos. Mais do que destacar formas de otimizar receitas e despesas, é importante pensar na interação público-privada como meio de fomentar a competitividade do país. É possível que o Estado incrementalmente, de forma considerável, a sua atuação frente à experiência do setor privado no que tange a gestão. Porém, quando pensamos que cabe ao Estado sustentar e desenvolver as condições competitivas de um país, eficiência na gestão de recursos não é suficiente para garantir a geração de renda, emprego e inserção internacional dos bens produzidos.

Pensar em eficiência, para objetivos de longo prazo, envolve um Estado que crie condições para que empresas e sociedade produzam cada vez mais e melhor. Essa ótica da eficiência pode ser entendida como a intervenção do Estado em prol da formação e manutenção das condições competitivas para empresas, que englobe legislação adequada, marco regulatório eficiente ou, então, políticas fiscais que garantam o funcionamento do Estado sem restringir o funcionamento das empresas.

Para incrementar o desempenho competitivo do país, é necessário mais que tornar eficiente a gestão de recursos públicos. O governo precisa promover as tão demandadas reformas

O papel do Estado é prover condições macroeconômicas, sociais e de regulação de modo a minimizar os riscos à atividade econômica. Além disso, o governo deve oferecer a sociedade certa flexibilidade de suas políticas econômicas, de modo a sustentar a economia frente às mudanças do ambiente internacional.

Quando trabalhamos essa perspectiva de eficiência, o desempenho brasileiro deixa a desejar. Segundo dados do

World Competitiveness Yearbook de 2011, realizado pelo International Institute for Management Development (IMD), no quesito eficiência do governo, o Brasil ocupa a 55ª posição entre as 59 economias analisadas. Outro dado preocupante é a discrepância apresentada entre as eficiências do Estado e das empresas privadas. Quando comparadas, observa-se uma diferença de 26 posições entre elas, já que a eficiência das empresas ocupa o 29º lugar no estudo. Esse dado mostra que a baixa eficiência do Estado brasileiro pode impedir que o setor privado alcance a sua máxima eficiência competitiva, restringindo a sua capacidade de geração de lucro e renda, de emprego e de inserção nos mercados internacionais. Os efeitos desse mau desempenho podem ser visualizados na perda de seis posições apresentados pelo Brasil no ranking geral do estudo, que passou a ocupar o 44º lugar esse ano.

Trabalhar essa nova perspectiva da eficiência dos governos, traz ao país o desafio de agir pensando tanto no curto prazo, como já vem sendo feito com iniciativas de eficiência na gestão dos recursos públicos, quanto no longo prazo com as reformas tributárias, trabalhistas e legislativas, que como demonstram os dados do estudo, são fatores impeditivos para o desenvolvimento econômico e competitivo do Brasil. Na realidade, o grande desafio está em romper as barreiras institucionais que impedem que essas reformas aconteçam de fato. Para incrementar o desempenho competitivo do país é necessário mais que tornar eficiente a gestão dos recursos públicos. O governo precisa ir além e promover as tão demandadas reformas — só assim poderemos recuperar posições na corrida pela competitividade. ■